

Ação contra a rua da discórdia

GUILHERME GOULART
DA EQUIPE DO CORREIO

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) entrou ontem nas discussões sobre a via de ligação entre o Setor Habitacional São Bartolomeu, no Paranoá, e a QI 27 do Lago Sul. O procurador-geral de Justiça, Rogério Schietti, ajuizou ação direta de inconstitucionalidade (Adin) contra a Lei 1.610, de 1997. A norma, aprovada por deputados distritais, prevê exatamente a manutenção do trecho de 300 metros entre a quadra do Lago Sul e sete condomínios irregulares às margens da DF-001.

Para Schietti, a Lei 1.610 tem "vício de iniciativa". O procurador-geral entendeu que a Câmara Legislativa não respeitou a Lei Orgânica do Distrito Federal. Ela diz que é de competência exclusiva do governador a iniciativa de projetos de lei que tratem da administração de bens públicos da região e do uso e ocupação do solo. A ação será julgada pelo Tribunal de Justiça do DF e Territórios (TJDFT).

O secretário de Parques e Unidades de Conservação do DF

(Comparques), Ênio Dutra, acredita que a ação do Ministério Público reforçará a idéia de eliminar a via. Segundo ele, a estrada corta o Parque Ecológico Bernardo Sayão, o que contraria as normas de conservação ambiental. "A ação deve definir a situação, mas temos de aguardar o julgamento", avaliou.

Tanto a Comparques quanto a administradora do Lago Sul, Natanry Osório, defendem o fechamento do trecho. Além das razões ambientais, ela argumenta que o local tem problemas de segurança. De acordo com Natanry, a estrada se transformou em rota de fuga para criminosos. Na última sexta-feira, os moradores conseguiram que a Comparques recusasse a decisão de cercar a área. Funcionários do órgão instalaram cercas de arame e pilares de concreto para bloquear o trecho. No início da noite, o obstáculo acabou retirado.

Mobilização

Apesar da ação contra a lei, moradores da região prometem continuar mobilizados em favor da manutenção da via. Eles argumentam que o impedimento do tráfego no local au-

mentará em até dez quilômetros o caminho percorrido diariamente. Cerca de quatro mil pessoas, entre motoristas e pedestres, utilizam a pista.

"Aquela via tem necessidade social, pois precisamos dela para chegar mais rápido aos comércios mais próximos. O próprio parque já é rodeado de outras pistas", ponderou Dulcídio Siqueira Neto, do condomínio Ville de Montagne.

O vice-presidente da Associação dos Moradores do Setor Habitacional São Bartolomeu, Célio Teixeira, disse que existe um decreto que prevê a criação da via de ligação na QI 27, aprovado pelo governador Joaquim Roriz. Ele também revelou que os moradores continuarão organizados para impedir o fechamento da pista. "Vamos até o fim", garantiu.

Enquanto isso, o impasse continua. Em reunião realizada há dois dias no auditório da Administração Regional do Lago Sul, moradores e representantes da Comparques e da própria administração não chegaram a um consenso sobre a questão. Foram duas horas de discussões marcadas por protestos, vaias e aplausos. Não houve acordo.

José Varela/CB/28.10.04



ROGÉRIO SCHIETTI ENTROU COM A ADIN NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DF